

A relação centro-periferia e os estudos gramscianos¹

Daniela Mussi

Pós-doutoranda do Departamento de Ciência Política
Universidade de São Paulo (Brasil)

¹ Texto adaptado de conferência apresentada no Colóquio Internacional Antonio Gramsci realizado em Campinas (SP) em agosto de 2017.

A relação centro-periferia e os estudos gramscianos

Resumo: O objetivo deste texto é discutir os limites da noção/metáfora centro-periferia como cânone de interpretação nos estudos gramscianos, tomando ponto de partida a pesquisa monográfica da trajetória da relação entre Antonio Gramsci e Piero Gobetti e das interpretações a seu respeito no pós-1945. Depois de refletir sobre os usos possíveis dessa metáfora em um diálogo proposto entre as ideias de Gramsci e de alguns intelectuais brasileiros, discute seus limites na artificiosa construção político-cultural e historiográfica promovida pelo PCI na segunda metade do século XX.

Palavras-chave: 1. Antonio Gramsci; 2. Centro-periferia; 3. Piero Gobetti

The center-periphery relationship and the Gramscian studies

Abstract: The aim of this paper is to discuss the limits of the notion / center-periphery metaphor as a canon of interpretation in the Gramscian studies, starting from the monographic research about the trajectory of the relation between Antonio Gramsci and Piero Gobetti and the interpretations about him in post-1945 . After reflecting on the possible uses of this metaphor in a proposed dialogue between the ideas of Gramsci and some Brazilian intellectuals, this paper discusses its limits in the artificially politico-cultural and historiographic construction promoted by the PCI in the second half of the twentieth century.

Keywords: 1. Antonio Gramsci; 2. Center-Periphery; 3. Piero Gobetti

Este artigo discute aspectos da investigação contemporânea sobre o pensamento e a obra de Antonio Gramsci tomando como ponto de referência a metáfora “centro-periferia”, considerada como um ponto de encontro entre o pensamento político latino-americano e as ideias gramscianas. Para tal, apresenta os contornos desta metáfora tal como esboçados por intelectuais brasileiros na segunda metade do século XX em um diálogo *imaginado* com as reflexões de Antonio Gramsci nos *Cadernos do Cárcere* sobre este assunto.

Em seguida, discute uma pesquisa monográfica realizada à luz desta metáfora. Trata-se a reconstrução da trajetória da relação intelectual e política, no contexto imediatamente posterior à I Guerra Mundial em Turim, entre Antonio Gramsci e Piero Gobetti. Para tal, apresenta criticamente interpretações historicamente consolidadas e reproduzidas no pós-1945 para o “binômio” Gramsci-Gobetti, destacando em seu interior a reprodução de uma dinâmica analítica estruturada na imagem “centro-periferia”.

Aborda, por fim, alguns efeitos práticos, no caso analisado, destes “usos de Gramsci”² para compreensão da trajetória e das ideias de Gramsci. Finalmente, discute em que medida a noção de centro-periferia pode ser apreendida em termos gramscianos e seus limites. Na conclusão, retoma a noção gramsciana de “tradutibilidade” como fundamento de uma reorientação hegemônica possível dos estudos gramscianos, capaz de integrar ativa e dialeticamente no interior destes os diferentes processos nacionais de recepção e produção intelectual que tomam o pensamento de Antonio Gramsci como ponto de partida.

² A referência aqui para a expressão “usos de Gramsci” retoma as inspiradoras análises de Portantiero (1981) a respeito da recepção das ideias gramscianas fora da Itália, particularmente na América Latina. O objetivo é propor a ideia da Itália - em alguma medida - também como ambiente de “recepção/produção”, ou tradução destas ideias, superando o pressuposto estático do lugar de “difusão”.

Centro-periferia: realidade e ilusão

Em poucos lugares discutiu-se a metáfora centro-periferia no século XX, chave de análise da vida econômica, política e cultural, como entre latino-americanos. Esta é verdade para parte significativa do pensamento político latino-americano contemporâneo – e, no interior deste, de correntes marxistas, liberais e nacionalistas – particularmente na segunda metade do século passado, quando a derrocada de experiências democráticas na região abriu espaço para inúmeras reflexões a respeito da relação entre política e economia nos enquadramentos nacionais e internacionais da região.

No Brasil, em particular, a partir de meados dos anos 1960 e do golpe militar que inauguraria um longo período de ditadura militar no país, a metáfora centro-periferia encontrou lugar fértil como ponto de partida de uma verdadeira “revolta cultural” contra as interpretações da história nacional que afirmavam a sincronia entre desenvolvimento econômico e democracia nos países latino-americanos. Esta “rebelião” entre os intelectuais se destacou pelas análises originais a respeito das debilidades intrínsecas da “hegemonia burguesa” local e sua relação dependente do capitalismo internacional; bem como pelo esforço de caracterizar a ditadura brasileira como incapaz de uma hegemonia cultural (CARDOSO, 1967; WEFFORT, 1967; SCHWARZ, 1978).

A partir do esforço de renovação analítica (marxista, mas não apenas) de grupos intelectuais críticos do populismo que marcara a política comunista até 1964, as classes dirigentes e dominantes brasileiras passaram a ser pensadas por seu atrelamento irremediável aos centros de poder globais dominantes, representes de uma combinação entre a modernização americanista e o arcaísmo do passado colonial nunca plenamente superado (cf. SCHWARZ, 1978). O capitalismo brasileiro se modernizara economicamente sem que suas relações sociais, políticas e culturais integrassem a mudança, atravancadas por elites econômicas, políticas e administrativas locais arcaizantes e dependentes em um sistema internacional (cf. CARDOSO; FALETTO, 1970).

Não é necessário deter-se muito na leitura dos textos do período para notar a inspiração de ideias e noções de Gramsci por representantes desta geração de intelectuais brasileiros em suas análises, ou de suas ideias como o que poderíamos chamar por “terreno comum” dos intelectuais brasileiros a partir de

meados dos anos 1960. No léxico renovado das análises pós-1964, o conceito de *hegemonia* aparece textualmente e funciona como eixo da articulação da metáfora centro-periferia nas análises. Um uso, aliás, não desprovido de “sentido gramsciano”.

Assim como entre os intelectuais “rebeldes” do Brasil, nos escritos de Gramsci diversas relações possíveis entre centro e periferia aparecem descritas como resultados de equilíbrios históricos de forças sociais, de maneira não determinista, nos quais a dimensão internacional cumpre um papel determinante sobre a realidade nacional considerada como processo, revelando conexões históricas, sociais, culturais e políticas. Também em Gramsci, aliás, esta reflexão tem por efeito (quase sempre consciente) o deslocamento e marginalização dos modelos analíticos das correntes de pensamento nacionalista e liberal, como em uma espécie de arena político-intelectual. Falar de centro e periferia é, também para Gramsci, uma operação de proposição de uma “tradição” intelectual alternativa: socialista, democrática e antiburocrática (cf. BUTTIGIEG nesta edição).

Em um parágrafo do importante *Caderno 10*, dedicado não por acaso a discutir o principal intelectual da Itália de então, Benedetto Croce, Gramsci caracterizou a periferia como resultado de uma situação na qual

“o impulso para o progresso não está ligado ao desenvolvimento econômico local – artificialmente limitado e reprimido –, mas é reflexo do desenvolvimento internacional que envia à periferia suas correntes ideológicas, estas sim nascidas sobre a base de um desenvolvimento produtivo dos países mais progredidos” (Q. 10, §6, p. 1360-1361).

A experiência das correntes intelectuais italianas é, neste sentido, periférica, baseada na recepção contínua e dependente da produção intelectual estrangeira, efeito da baixa integração entre cultura (fonte dos “impulsos para o progresso”) e desenvolvimento econômico nacional. Uma sociedade em que superestrutura e estrutura não aparecem sobrepostas, sincronizadas, tal como afirma o marxismo economicista; tampouco podem ser articuladas definitivamente por meio de soluções fundamentalmente ideológicas, como gostariam os defensores do nacionalismo, ou apenas parcialmente estruturais, como previsto por reformistas e moderados.

Este desencontro, aliás, Gramsci percebeu confirmado “empiricamente” em uma série de fenômenos “mórbidos”, tais como a ausência de uma literatura nacional e popular, o afastamento dos intelectuais em relação à vida popular do país, as debilidades estruturantes no modelo de educação nacional pelo Estado, etc.. Para caracterizar a longa e sempre reconfirmada condição periférica – Gramsci usa o termo “subalterno” – dos grupos intelectuais do país, lançou mão do termo *cosmopolitismo* (em alguns casos, *cosmopolítica*), que atualiza o peso da tradição católica e da contrarreforma sobre a vida cultural do país (cf. MUSSI, 2014). Cosmopolitas, os intelectuais italianos sentem-se sempre “fora” da nação, alheios à realidade social mais fundamental (de classes) a qual nunca conseguem alcançar e se integrar.

Aqui, a semelhança com a análise mencionada da condição intelectual periférica dos intelectuais brasileiros no pós-1964 é imediata. A “hegemonia de esquerda” no Brasil depois do golpe militar,

“Concentra-se nos grupos diretamente ligados à produção ideológica, tais como estudantes, artistas, jornalistas, parte dos sociólogos e economistas, a parte raciocinante do clero, arquitetos etc., – mas daí não sai, nem pode sair, por razões policiais. Os intelectuais são de esquerda, e as matérias que preparam de um lado para as comissões do governo ou do grande capital, e do outro para as rádios, televisões e os jornais do país, não são. É de esquerda somente a matéria que o grupo – numeroso a ponto de formar um bom mercado – produz para consumo próprio” (SCHWARZ, 1978 [1964/1969], p. 62).

É curioso notar, nesta imagem singularmente verdadeira do Brasil, que mesmo a percepção da “concentração” e isolamento como condição intelectual é apontada como parte do produto “para consumo próprio”. Nos escritos da prisão, particularmente no *Caderno 11*, Gramsci parecia enxergar como possibilidade concreta a desconstrução efetiva do bloqueio determinista (da “objetividade externa ao homem”) ao senso comum, que permitiria a penetração efetiva do “historicismo absoluto”, ou seja, das ferramentas críticas de pensamento capazes de fomentar o bom senso.

A crítica de Gramsci à cisão “positivista” e “sociológica” do conhecimento deu lugar a uma exploração original do problema do intelectual periférico (tema que, entre os brasileiros, apareceu como “tempo perdido” nas canções, análises e poesias). O cosmopolitismo, a seu ver, não se caracterizava apenas pela

alienação social do intelectual, mas tinha por contra-efeito a reprodução analítica sutil deste isolamento:

“Neste caso, o grupo portador de ideias novas não é o grupo econômico, mas o estrato dos intelectuais e a concepção do Estado de que se faz propaganda muda de aspecto: este é concebido como uma coisa em si, como um absoluto racional. (...) é próprio do intelectual não ancorado fortemente em um forte grupo econômico apresentar o Estado como um absoluto em: assim pode conceber como absoluta e proeminente a própria função dos intelectuais, racionalizar abstratamente a própria existência e dignidade histórica” (Q 10, § 61, p. 1361).

Por mais alienados que estejam, portanto, os grupos intelectuais não se mantêm inertes, sendo esta sua atividade “*desinteressada*” algo rico em consequências, inclusive políticas. Bons exemplos desta atitude, a seu ver, poderiam ser identificados em importantes correntes filosóficas europeias, entre as quais o idealismo alemão (Q 10, § 61, p. 1361). Ou, ainda, o neoidealismo italiano de Croce e, afastando-se mais no tempo, o intelectualismo renascentista e mesmo – não sem alguma tensão – o “realismo popular” de Nicolau Maquiavel (cf. MUSSI; BIANCHI, 2013).

Ao mesmo tempo em que as correntes intelectuais periféricas mantêm distância dos grupos sociais, seu cosmopolitismo as habilita para uma função cultural em circuitos internacionais (aos quais *não* necessariamente se associam), um meio bastante eficaz de conexão, difusão e uso das “racionalizações” de sua atividade intelectual. Em outras palavras, lançando mão da metáfora centro-periferia, ainda que incapazes de pensar para “agir” periféricamente, os intelectuais subalternos podem contribuir, “à distância”, para estruturas de um centro que o fazem. A conformação deste, por sua vez, é variável historicamente e está ligada intimamente à capacidade de coesão orgânica entre função intelectual e função econômica.

Gramsci-Gobetti: repensando uma relação

A reconstrução das trajetórias intelectuais e da relação entre Antonio Gramsci e Piero Gobetti em Turim no início do século XX permite retomar – de

maneira monográfica – a metáfora centro-periferia discutida. Em primeiro lugar, para repensar um assunto cujos argumentos e hipóteses de trabalho foram “estabilizados” entre os grupos de estudiosos do pensamento político italiano, especialmente entre os historiadores. A afirmação do binômio Gramsci-Gobetti remete a esta estabilidade, conquistada retrospectivamente nos debates entre comunistas e liberais no pós-II Guerra Mundial. As interpretações a respeito desta relação são diversas e deslocam os polos analíticos, ora para o centro, ora para a periferia, sem, contudo, jamais dissolvê-los (cf. SPRIANO, 1976, 1977; BOBBIO, 1984).

Depois da Guerra Mundial, a narrativa retrospectiva da relação entre Antonio Gramsci e Piero Gobetti entre o final da década 1910 e início dos anos 1920 foi peça-chave na construção de um imaginário compartilhado entre os grupos intelectuais a respeito da relação entre marxismo e liberalismo na Itália, entre comunistas, católicos e liberais italianos; e, sobretudo, a respeito do lugar do pensamento de Antonio Gramsci no interior do marxismo. Com a derrota do fascismo, a afirmação de uma memória nacional exigiu um processo de (re)elaboração simbólica a respeito da história e destino da intelectualidade italiana, na qual o sacrifício individual, a autonomia política e a contribuição intelectual de Gramsci e Gobetti serviriam de “exemplo” para a cristalização de certa legitimidade da intelectualidade representante do antifascismo (muito embora Gobetti tenha morrido no exílio ainda em 1926 e Gramsci, preso neste mesmo ano, não tenha sido libertado senão para morrer fora da prisão em 1937, ou seja, antes da guerra).

O primeiríssimo modelo interpretativo que predominou nas análises do binômio Gramsci-Gobetti foi o dos “ensaios históricos” que reconstruíam a figura dos dois como mártires e testemunhas da luta contra o fascismo (SPRIANO, 1976, p. 69). Este “uso de Gramsci”, *martiológico* para usar expressão do historiador Paolo Spriano, orientou a elaboração de narrativas sobre o papel político desempenhado por ambos, sem a necessidade de um apego rigoroso à investigação documental e análise filológica de seu pensamento. Nestas narrativas, emergiu a imagem de uma Turim “lendária e heroica”, na qual Gramsci e Gobetti eram retratados por meio de uma mitologia política e a “continuidade” entre ambos era destacada, como símbolo da própria nação italiana unida pela resistência antifascista.

Um exemplo interessante deste momento de reconstrução dos grupos intelectuais italianos é uma carta, de março 1947, enviada por Palmiro Togliatti – então líder do Partido Comunista Italiano (PCI) recém retornado ao país – a um editor, comentando a iniciativa de publicar as obras de Guido Dorso (antigo colaborador de Gobetti, recém falecido). Nesta, Togliatti descreveu Dorso e Gobetti como representantes “da mensagem cultural mais significativa e inteligente da burguesia italiana contemporânea” e falou da “íntima continuidade” entre esta “tradição nacional da burguesia e o proletariado italiano” (TOGLIATTI, 2014, p. 287-288).

A metáfora centro-periferia pode ser retomada devido ao fato de que o modelo *martiológico* não apenas reforçou a interpretação “comunista” da relação Gramsci-Gobetti, mas permitiu o surgimento leituras mais ou menos subordinadas a ela: análises inclinadas a “sublinhar, por meio de um confronto direto [de textos], os limites idealistas ou moralistas, ou mesmo reformistas” dos polos em discussão, ou mesmo propor “outros símbolos revolucionários, outras indicações e paternidades ideológicas” aos quais Gramsci e Gobetti teriam se vinculado (SPRIANO, 1976, p. 70). A força deste modelo, portanto, estava justamente na capacidade de se propor como “centro” localmente e, assim, conferir autonomia à relação Gramsci-Gobetti, construí-la como um objeto separado de estudo, e fazer como que toda uma geração intelectual girasse ao seu redor. Uma força capaz de propor a relação histórica entre Gramsci e Gobetti como objeto *em si*, estabilizado por um centro e uma periferia analítica.

Um exemplo interessante deste contexto intelectual são os escritos de Giuseppe Prezzolini depois da II Guerra Mundial sobre o pensamento de Gobetti. Incomodado com a apropriação “comunista” da trajetória do intelectual liberal, Prezzolini declarou que a estima e admiração de muitos intérpretes os haviam impedido de assinalar as contradições e erros de Gobetti, a começar pelo uso idiossincrático do termo “revolução liberal”. Contudo, nutrindo-se do mesmo modelo dicotômico de julgamento político e busca de um parentesco ideológico, Prezzolini acusou em Gobetti a aproximação e valorização das lutas operárias de Turim nos anos 1920 como “ilusão provinciana de um jovem que nunca havia deixado o país”, como fantasiosa “exaltação estudantil” (PREZZOLINI, 1964, p. 57 e ss.).

Ao longo dos anos 1960, este dualismo interpretativo passou a ser confrontado. Novas edições em vários volumes dos escritos de juventude de Gramsci, bem como das obras completas de Gobetti, prometeram reabrir os caminhos da investigação. De fato, estas iniciativas editoriais deram lugar a um novo fôlego nas pesquisas sobre o tema, especialmente devido ao trabalho de Paolo Spriano, historiador ligado ao PCI e importante curador e intérprete das ideias de Gramsci e Gobetti neste período.

Em 1977, Spriano publicou a coletânea *Gramsci e Gobetti. Introduzione alla vita e alle opere*, que reuniu cinco ensaios, escritos entre 1967 e 1976, e foi apresentado por seu autor como resultado do esforço de “ir além da lenda” martirológica no estudo da relação entre os dois. Os primeiros ensaios sobre os mártires do fascismo possuíam, a seu ver, o efeito positivo de divulgação da existência de uma pensamento profundamente engajado e crítico ao fascismo, de “duas personalidades singulares em uma realidade de luta de classes” (Ibid., 1976, p. 70). As novas edições de escritos de Gramsci e Gobetti, continuava, organizadas de maneira mais sistemática, permitiriam a realização de novas investigações sobre o tema, capazes de ultrapassar o “velho modo” de pensar aquela relação (Ibid., 1976, p. 70).

Exemplo do “novo modo”, o livro de Spriano foi composto por quatro ensaios intercalados e dedicados, individualmente, aos perfis biográfico e intelectual de Gramsci e Gobetti, precedidos por um ensaio introdutório geral sobre o contato entre os dois. Nesta introdução, Spriano anunciou que o livro abordaria as trajetórias dos “dois jovens intelectuais revolucionários” desde a I Guerra Mundial, cuja unidade poderia ser encontrada em um “núcleo duro” comum à personalidade de ambos: o da “ética laica” em polêmica aberta com “a cultura ou meia cultura do socialismo italiano e a tradição positivista determinista” (Ibid., 1976, p. 71-72). Ganhava destaque, portanto, o esforço “ético” compartilhado de Gramsci e Gobetti em “prestar contas com uma grande tradição da cultura italiana” (Ibid., 1976, p. 71-72).

Escrito como modelo de “vida e obra paralelas”, formato justificado como forma de respeitar a não simultaneidade do desenvolvimento intelectual de cada um e evitar um argumento forçado em relação ao pensamento de ambos, a pesquisa de Spriano se desenvolveu a partir de algumas premissas gerais que merecem atenção (BOBBIO, 1984, p. 6; SPRIANO, 1976, p. 90). A primeira delas,

de caráter psicológico, partia do pressuposto de que a relação “Gramsci-Gobetti” deveria ser pensada por meio da chave do “amadurecimento” e da “autolibertação” de ambos em relação à tradição cultural positivista. Ou seja, como relação de natureza essencialmente intelectual-filosófica. Esta autonomia, porém, não teria sido conquistada de maneira igual pelos dois intelectuais: o discurso de Gramsci teria se tornado “mais articulado e profundo” depois de 1917 e do contato com o marxismo e o comunismo, ao passo que o de Gobetti teria mantido um caráter “mais sutil”, “teatral” (SPRIANO, 1976, p. 73). Esta premissa reforçava, aliás, a divisão dos capítulos da coletânea entre “Gramsci, dirigente político” e “Gobetti, historiador e iluminista” (Ibid., 1977).

De acordo com “nova” interpretação de Spriano, já em 1919 seria possível contrastar o “organizador” e “dirigente” (Gramsci) ao “rapaz incerto” com “tendência natural” aos “estudos literários e filosóficos” (Gobetti) (Ibid., 1976, p. 74). Do contraste intelectual entre Gramsci político e Gobetti filósofo e literato da cultura se desdobrava em algumas ideias. Por exemplo, a considerar os pontos comuns entre os dois intelectuais como resultado da “influência de Gramsci” sobre Gobetti, bem como a interpretar diferentes referências deste – feitas em cartas privadas e artigos – a Gramsci como evidências suficientes da hipótese de sua subordinação de literato às ideias do dirigente (Ibid., 1976, p. 80). Gramsci era pensado como um centro condutor, político, enquanto Gobetti aparecia em sua periferia literária.

Outro aspecto interessante da abordagem de Spriano foi a conexão direta e recorrente do pensamento de Gramsci, desde 1917, ao de Palmiro Togliatti.³ É possível notar, em seus ensaios, o esforço em afirmar Togliatti como “herdeiro” da relação Gramsci-Gobetti, continuidade que se expressaria na “política cultural” do dirigente comunista depois da II Guerra Mundial, em sua “relação com as tradições culturais italianas, entendidas como o terreno natural da criação do novo Príncipe, para oferecer uma hegemonia cultural para a classe operária” (Ibid., 1976, p. 74). A política cultural de Togliatti, portanto,

³ Conexão política que pesquisas documentais mais recentes relativizam (cf. RAPONE, 2011).

representaria a conformação legítima do *centro* continuador da “tradição” gramsciana.⁴

A relação Gramsci-Gobetti pode ser tomada, assim, como um exemplo de uma construção narrativa mais ampla e complexa, ligada às estratégias da liderança comunista italiana no segundo pós-guerra. Trata-se da configuração da memória destes dois intelectuais italianos em um produto cultural que auxilia na construção de sentido e justeza de decisões partidárias, ao mesmo tempo em que habilita os contornos de um campo investigativo e historiográfico próprio.

Em um segundo momento, quando a função “partidária” desta operação cultural dá os primeiros sinais de esgotamento, sua força restante se desloca inteiramente para a função intelectual e o centro perde força, mas não se extingue e passa a se concentrar na edificação de ferramentas de gestão e controle do espaço que lhe resta. Desta emergem novas iniciativas editoriais, em um ciclo de complexificação metodológica da atividade intelectual – agora voltada prioritariamente *para si*. Os representantes deste novo momento, aliás, são identificados justamente pela função cosmopolita e primordialmente intelectual: no caso da relação Gramsci-Gobetti, talvez não exista melhor exemplo de tal projeção internacional e cultural no fim do século XX do que Norberto Bobbio (cf. BIANCHI, 2007, 2008).

⁴ Um efeito prático desta orientação foi uma menor atenção da investigação de Spriano aos primeiros anos de Antonio Gramsci em Turim e dos primeiros passos deste no movimento socialista local. A pesquisa das publicações da juventude socialista e das cartas de Gramsci entre 1912 e 1916, particularmente para reconstrução da relação deste com Angelo Tasca, foram documentos praticamente inexplorados por Spriano, exemplo da conformação de pontos cegos no estudo sobre seu pensamento. O mesmo poderia ser dito dos documentos que ajudam a reconstruir as reflexões de Gobetti no processo de crise política das experiências eleitorais da chamada *Liga Democrática*, liderada por Gaetano Salvemini no final da década de 1910 até 1924, quando publica o ensaio *Revolução Liberal* (cf. MUSSI, 2015).

Profanar a lenda: desafios dos estudos e dos usos de Gramsci hoje

A política cultural comunista pós-1945 na Itália pressupunha a valorização do “idealismo crociano” como ponto de “liberação definitiva” em relação ao “positivismo” (TOGLIATTI, 2014, p. 75). Traduzidas em um novo contexto, ideias importantes dos *Cadernos do Cárcere* ajudaram a armar um certo ambiente “ético-político”, tendo Togliatti e a orientação estratégica do PCI em seu centro. No entanto, para dar coerência narrativa a esta “valorização” do idealismo crociano, a agenda de pesquisa de Spriano precisou operar com a ideia da cisão no pensamento de Antonio Gramsci em dois momentos, diferenciados pela polarização “jovem” e “maduro” (semelhante, aliás, ao tipo de diferenciação realizada na relação Gramsci-Gobetti).⁵ O primeiro momento seria aquele “do construtor do partido comunista”, anterior à prisão, e o segundo aquele “dos *Cadernos do Cárcere*” (Ibid., 2014, p. 83). O primeiro era pressuposto como aquele do desenvolvimento das ideias de Benedetto Croce e Giovanni Gentile contra o positivismo determinista imperante no pensamento socialista; o segundo, como prestação de contas e superação do próprio neoidealismo crociano por meio do contato de Gramsci com o pensamento científico de Karl Marx e dos desdobramentos disso nos escritos do prisioneiro do fascismo (ibid., p.76).

Gramsci, de fato, escreve na segunda metade de maio 1932,⁶ no *Caderno 10*, de tipo especial, em um parágrafo de redação única:

“Em fevereiro de 1917 (...) eu escrevi que o hegelianismo fora a premissa da filosofia da práxis no século XIX, da origem da civilização contemporânea, assim como a filosofia crociana poderia ser a premissa de uma retomada da filosofia da práxis nos nossos dias, para as nossas gerações. A questão estava apenas acenada, de forma primitiva e certamente inadequada, pois naquele tempo o conceito de unidade

⁵ Polarização, aliás, que se tornou comum entre alguns dos importantes marxistas dos anos 1960-1970 – em especial para o filósofo francês Louis Althusser – e teve grande repercussão na difusão de certas ideias a respeito da trajetória intelectual e política não apenas de Gramsci, como também de Karl Marx (cf. THOMAS, 2009).

⁶ Conforme a datação de Gianni Francioni (1984, p. 143) atualizada por Giuseppe Cospito (2011, p. 903).

entre teoria e prática, filosofia e política, não era claro para mim, e eu *era tendencialmente bastante crociano*” (Q. 10, §11, p. 1233. Grifo adicionado).

A referência é ao jornal de número único *Cidade Futura*, inteiramente escrito por Gramsci à pedido da juventude do Partido Socialista Italiano (PSI), partido do qual fazia parte na época. O jornal, publicado às vésperas da Revolução Russa, apresentava um “convite à meditação” sobre os “problemas maiores da existência” a partir das ideias de Croce, o “maior pensador da Europa neste momento” (CF, p. 21). Não seria exagerado dizer, aliás, que as reflexões “existenciais” de Croce, especialmente seu laicismo (que nos *Cadernos* renderiam ao filósofo o apelido de “Papa laico”), seguiriam tendo forte impacto sobre Gramsci na experiência *ordinovista* dos anos 1919-1920 em Turim e mesmo depois. Não é rigoroso afirmar, portanto, que a “tendência” crociana teria permanecido uma constante ao longo dos anos, para ser finalmente “liquidada” nos escritos carcerários.

O período entre 1917 e 1926 foi atravessado por inflexões no pensamento de Gramsci que o colocaram em choque, mais de uma vez, com esta matriz – processo, aliás, vivido também de maneira intensa por Piero Gobetti nestes mesmos anos – com consequências duradouras.⁷ Além disso, se o neoidealismo era uma referência explícita para Gramsci e muitos de seus companheiros em Turim, o esforço de aproximação crítica com o marxismo também é notável já em 1917. Neste sentido, parece fundamental o estudo das especificidades dos textos “jovens” de Gramsci, particularmente o contraste destes com as experiências culturais neoidealistas como as de revistas como *La Voce* e *L’Unità*; são textos que registram, por exemplo, na mudança de perspectiva de Gramsci a respeito do *liberismo* (liberalismo econômico) já em fins de 1918. Um processo que Gramsci não pode ter realizado sem o aparato conceitual neoidealista no qual se formara nos anos anteriores, mas em relação ao qual não se deteve.

Aparato, aliás, que Gramsci seguiu mobilizando de maneira crítica nos “maduros” *Cadernos do Cárcere* por meio da “redução” da filosofia crociana a uma ferramenta para “retomar adequadamente a filosofia da práxis”, erguê-la,

⁷ Sobre estes momentos de “choque”, ver Mussi e Bianchi (2017) para uma discussão sobre os escritos de Gramsci no ano de 1917, e Thomas (nesta edição) para uma discussão sobre o impacto da estadia em Moscou, no início dos anos 1920, sobre as ideias de Gramsci.

de “concepção gerada pela necessidade da vida prática”, à “altura que deve alcançar para a solução dos problemas mais complexos que o desenvolvimento atual da luta propõe, ou seja, o da criação de uma nova cultura integral” (Q. 10, §11, p. 1233).

É interessante notar, ainda, a maneira como Gramsci apreende a noção de tendência neste mesmo *Caderno 10*, em parágrafo escrito entre junho e agosto de 1932, como resultado do “isolamento de um certo número de elementos que desconsidera as forças contrárias” (Q. 10, §33, p. 1279), ou seja, como destaque a determinados aspectos (e não todos) de determinada realidade ou conjunto de ideias. A noção gramsciana de tendência, aqui, se conecta a uma ideia de “previsibilidade” cuja medida só pode ser estabelecida retrospectivamente e que funciona, portanto, não como confirmação da objetividade de determinado passado, mas como ferramenta de análise e atuação no presente. Assim, quando Gramsci diz, em 1932, que em meados de 1917 era “tendencialmente crociano”, não está realizando a negação das ideias croceanas, mas sim da política derivada e/ou *dependente* destas ideias. Nos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci espera realizar a “redução” destas ideias como estratégia para revelar a coerência, força e originalidade cultural de um novo *centro* que ele via se conformar na experiência social e política pós-1917.

Neste sentido, ainda que a reconstrução histórico-documental da pesquisa de Spriano seja robusta – o que a torna referência incontornável para quem pesquisa a vida política operária e comunista italiana na primeira metade do século XX –, sua narrativa assume uma linearidade temporal insensível aos impactos das descobertas intelectuais que Gramsci (e Gobetti) realizam quando pensam e atuam politicamente. Uma linearidade que intelectualiza o pensamento dos dois, devolvendo ao cânone crociano o lugar de relevância que Gramsci havia marginalizado.

A escolha de Spriano em caracterizar o pensamento de Gobetti a partir da ideia de um processo de autocorreções e revisões ao longo de sua experiência em Turim, e apresentar o pensamento de Gramsci a partir da premissa do acerto e superação dos adversários, é exemplar neste caso e possui implicações (D’ORSI, 2012, p. 661). Uma delas é justamente a impossibilidade de superar o “paralelismo” das trajetórias, ou seja, o aspecto abstrato da comparação intelectual impera sobre a reconstrução dos momentos de interação entre

ambas. A narrativa dos pontos de contato, por sua vez, é construída de maneira artificial, já que tese dos acertos de Gramsci e das revisões de Gobetti exige constante digressão argumentativa abstrata para preencher o vácuo deixado pela impossibilidade de lançar mão da reconstrução do ritmo de pensamento, como “filologia viva”, para tal.

Outra implicação diz respeito à rigidez com que Spriano aborda a relação entre Gramsci e Gobetti do ponto de vista de suas atividades políticas. Em sua pesquisa sobre a “vida e obra” de ambos, é o segundo termo que de fato se impõe, ou seja, a experiência política é considerada como algo externo ao processo de elaboração das ideias. O caminho entre um artigo e outro de Gramsci e de Gobetti é traçado sem investigar as intenções subjacentes ao seu momento de escrita. Esta escolha metodológica é decorrente do fato de Spriano parecer partir de pressuposições analíticas elaboradas antecipadamente – as quais a leitura dos artigos apenas corroboram – e que justapõem conjunturas intencionais distintas, que deveriam, ao contrário, remeter *ao estudo do que faziam* Gramsci e Gobetti em cada momento de sua escrita. Esta decisão analítica de Spriano pode ter sido tomada para que a noção de um pensamento coerente e (progressivamente) sistemático em Gramsci pudesse se sobressair e se afirmar como polo positivo diante do suposto pensamento permeado de incertezas e inquietudes de Gobetti. O problema é que esta decisão sacrifica justamente o pressuposto gramsciano de que vida e obra, história e pensamento, não se separam.

Como consequência, a pesquisa de Spriano sobre a relação entre Gramsci e Gobetti narra como significativos apenas os eventos e artigos que contribuem com a harmonia desta interpretação polarizada, cujo equilíbrio está na sobreposição definitiva de uma das partes sobre a outra. A definição de um *centro* e uma *periferia* é fechada em si mesma, artifício intelectual para corroboração de uma existência social específica, a dos intelectuais e a da “política cultural” do PCI no pós-guerra. Independente de avaliar o mérito desta operação cultural, e sem desconsiderar a riqueza da pesquisa e das publicações de Spriano sobre a história das lutas e organizações populares italianas, é pertinente pensar se estas foram, de fato, capazes de *profanar a lenda*.

Conclusão

O objetivo deste texto foi discutir os usos possíveis da metáfora centro-periferia – forte entre os intelectuais latino-americanos – como cânone de interpretação nos estudos gramscianos, tomando ponto de partida a trajetória da relação entre Antonio Gramsci e Piero Gobetti e as interpretações desta no pós-1945.

Depois de refletir sobre esta metáfora em um diálogo proposto entre as ideias de Gramsci como “terreno comum” para os intelectuais brasileiros, discutiu a artificiosa construção político-cultural e historiográfica promovida pelo PCI em seus “usos de Gramsci” na segunda metade do século XX. Uma operação intelectual de tipo centro-periferia que terminaria por impactar não apenas a difusão das ideias gramscianas, como a pesquisa filológica mais recente sobre o pensamento do marxista sardo.

Pensando com Gramsci, contudo, a relação centro-periferia não pode deixar de ser tomada de um ponto de vista tendencial, ou seja, político e, portanto, provisório. Neste sentido, seu estatuto conceitual encontra na noção gramsciana de *tradutibilidade* um bom ponto de apoio; e um ponto de partida para retomar criticamente a metáfora tal como elaborada entre nós. Se, tendencialmente, o centro se impõe, não pode fazê-lo sem a tradução (“redução”) permanente da periferia em si. A “integralidade” ou capacidade hegemônica do centro, neste caso, é o resultado prático e teórico desta operação, a maneira originalmente gramsciana de ler e interpretar a ideia, de Antonio Labriola, do marxismo como uma *filosofia da práxis*.

Referências bibliográficas

- BIANCHI, Alvaro. Uma teoria marxista do político? O debate Bobbio trent’anni dopo. *Lua Nova*, n. 70, p. 39-82, 2007.
- _____. *O laboratório de Gramsci*. São Paulo: Alameda, 2008.
- BIANCHI, Alvaro; MUSSI Daniela. II Principe e seus contratempos: De Sanctis, Croce e Gramsci. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 12, p. 11-42, set.-dez. 2013.

- _____. Antonio Gramsci, a cultura socialista e a Revolução Russa. *Lua Nova*, n. 102, p. 267-298, 2017.
- BOBBIO, Norberto. Prefazione. In: BAGNOLI, Paolo. *Piero Gobetti. Cultura e politica in un liberale del Novecento*. Firenze: Passigli, 1984.
- BUTTIGIEG, Joseph. Ler e estudar Gramsci no Novo Milênio. *Outubro*, n. 29, p. 7-22, 2017.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Hegemonia burguesa. In: FURTADO, Celso (org.). *Brasil: Tempos Modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTI, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- COSPITO, Giuseppe. Verso l'edizione critica e integrale dei Quaderni del Carcere. *Studi Storici*, vol. 52, n. 4, p. 881-904, 2011.
- D'ORSI, Angelo. Piero Gobetti. In: *Enciclopedia Italiana di scienze, lettere ed arti. Il contributo italiano alla storia del pensiero*. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 2012.
- FRANCIONI, Gianni. *L'Officina gramsciana: ipotesi sulla struttura dei "Quaderni del Carcere"*. Napoli: Bibliopolis, 1984.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere*. Torino: Einaudi, 1975. 4v. [Q]
- _____. *La città futura: 1917-1918*. Torino: Giulio Einaudi, 1982. [CF]
- MUSSI, Daniela. *Política e literatura: Antonio Gramsci e a crítica italiana*. São Paulo: Alameda, 2014.
- _____. *Intelectuais rebeldes: política e cultura em Antonio Gramsci e Piero Gobetti*. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2015.
- PORTANTIERO, Juan Carlos. Los usos de Gramsci. In: PORTANTIERO, Juan Carlos. *Los usos de Gramsci*. Buenos Aires: Folios, 1981.
- PREZZOLINI, Giuseppe. Le recensione del 1964. Gobetti e la rivoluzione. *Centro Studi Piero Gobetti*, v. 8-9, p.56-62, jul.-dez. 1964.
- RAPONE, Leonardo. *Cinque anni que paiono secoli. Antonio Gramsci da socialismo al comunismo (1914-1919)*. Roma: Carocci, 2011.
- SCHWARZ, Roberto. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- SPRIANO, Paolo. Gramsci e Gobetti. *Studi Storici*, v. 17, n. 2, p.69-93, abr.-jun., 1976.

_____. *Gramsci e Gobetti: introduzione alla vita e alle opere*. Torino: Einaudi, 1977.

THOMAS, Peter. *The Gramscian Moment: Philosophy, Hegemony and Marxism*. Lieden/Boston: Brill, 2009.

TOGLIATTI, Palmiro. *La guerra di posizione in Italia: Epistolario 1944-1964*. Torino: Einaudi, 2014.

WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. In: FURTADO, Celso (org.). *Brasil: Tempos Modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.